

1. Primórdios da vida religiosa	9
2. Primórdios da vida civil e administrativa	13
3. Ordem e segurança públicas em Campinas	18
4. A vila de São Carlos	22
5. Notas para a história do açúcar em Campinas	26
6. Esperança de melhores dias	29
7. Nas placas das ruas, uma lição de História	32

*

1. PRIMÓRDIOS DA VIDA RELIGIOSA*

O mais antigo documento, que se conhece, relativo ao germe de um núcleo urbano — a petição para a ereção de uma capela — constante do **Livro do Tombo da Freguesia de N. Sra. Da Conceição das Campinas**, não está datado, “o que não deixa de ser lamentável”, segundo a pertinente observação de Teodoro de Souza Campos Júnior, que o transcreve em sua excelente monografia sobre a fundação de Campinas.¹ Contudo, não padece dúvida que ela é anterior a setembro de 1772, pois tem a data de 15 de setembro daquele ano, o pedido de informação ao pároco de Jundiáí, por parte do Cônego Antônio de Toledo Lara, então responsável pelo expediente da diocese de São Paulo, à qual fora a petição dirigida: “Dizem os inclusos assinados existentes nos limites entre Jundiáí e Mogi-Mirim, que eles, suplicantes, para maior cômodo e bem de suas almas, desejam erigir à sua custa uma capela na paragem chamada Campinas, onde tenham valimento espiritual, se não sempre, ao menos em várias ocasiões que por ali se acharem sacerdotes; o que também justifica, se achar na mesma paragem, um cemitério bento para sepultura dos fiéis, que foi concedido por ser notoriamente dificultoso o recurso à sua Matriz, pois não dista menos de dez léguas; portanto, pedem a V. S^a, atendendo tão justa súplica, seja servido no que pedem, na forma do estilo”.

O vigário de Jundiáí, Padre Inácio Pais de Oliveira, a quem a petição fora enviada para as necessárias informações, lembrou que a área apontada para a construção da capela era suficiente, se bem que um tanto

(*) Para este capítulo, bem como para o segundo e o quarto desta primeira parte, foi, em boa proporção, aproveitada matéria constante de **O passado de Campinas através dos textos**, sel., intr. e notas de Odilon Nogueira de Matos, em “Notícia Bibliográfica e Histórica, 59, jul/ago de 1974, número especial comemorativo do bicentenário de Campinas, ed. do Departamento de História da Pont. Univ. Cat. de Campinas.

(1) Campos Júnior, T. S. — **Subsídios para a história da fundação de Campinas**, em “Monografia histórica do município de Campinas”, p. 17, Rio de Janeiro, IBGE, 1952.

deserta, e, mais ainda, que os pretendentes eram muito pobres, o que parece não ser correto pelo menos em relação a alguns deles. Eis o texto integral da informação do pároco jundiائيense: “Informei-me de pessoas fidedignas sobre o alegado na petição retro; me certificaram ser o lugar destinado para a capela, que pretendem erigir os conteúdos no rol, suficiente, suposto ser a paragem algum tanto deserta, e dista desta freguesia dez léguas. As pessoas assinadas no rol, as mais delas pobríssimas, exceto o da cabeceira, que, nega ser a firma sua, e me disse que a fatura da dita capela não pretende concorrer com cousa alguma, sendo o mais estabelecido naquele lugar; é verdade estar na paragem chamada Campinas um cemitério, ainda que com pouca decência, pelo pouco zelo dos moradores”.

Apesar da informação um tanto pessimista do vigário de Jundiái — e nem muito correta — apoiados pelo ânimo forte de Barreto Leme, continuaram os moradores do Bairro do Mato Grosso a enfrentar todas as dificuldades, até que, em 1773, alcançaram do governador do bispado licença para construção de sua igreja matriz: “Faço saber que por sua petição me representaram os moradores do Mato Grosso da Vila de Jundiái que requerendo-me eles, suplicantes, para erigirem uma capela na paragem chamada Campinas, onde pudessem ser socorridos com os sacramento, dos quais, pela longa distância da sua freguesia, padeciam grave falta, morrendo no decurso de dezoito anos a esta parte vinte e três pessoas sem os sacramentos da confissão e eucaristia, fomos servidos mandar que juntassem escritura de dote de bens de raiz, que rendessem ao menos anualmente seis mil réis para a reparação e fábrica da capela, e como mais fácil achavam erigir nova freguesia, onde são moradores sessenta e uma famílias com trezentas e cinquenta e sete pessoas de confissão, o que tudo se via do rol que juntavam, e que levantariam Matriz com todo o paramento necessário e casa para o Rev^o Pároco; pedindo-me por fim de sua súplica lhes concedesse o deferido e atendendo a esta tão justa como louvável súplica, lhes mandei passar a presente, pela qual lhes concedo faculdade para erigirem a dita igreja no lugar que assinalar o Rev^o Pároco da Vila de Jundiái, que fará a vistoria da paragem que dizem os suplicantes, na forma da comissão para que esse efeito lhes é enviada, com cláusula de que será a Igreja de taipas e pilão ao menos, e coberta de telhas, e de não ser benta e aprovada sem primeiro se determinar e constituir cônica suficiente para o Reverendo Pároco que servir a dita Igreja e fábrica dela. Dado nesta cidade de São Paulo, sob o selo das Armas de S. Excelência Reverendíssima, ou sem ele ex-causa, e meu sinal, aos dezoito de janeiro de 1773. E eu, Francisco Leandro Xavier de Toledo Rendon, escrivão da Câmara Episcopal, o escrevi. (a) Antônio de Toledo Lara”.

Cumpridas as determinações da diocese paulistana, veio o Vigário de Jundiáí à “paragem chamada Campinas”, para vistoriar e demarcar o local onde deveria ser construída a nova igreja. Seu auto de “vistoria e demarcação” tem a data de 22 de setembro de 1773 e, tal como fora recomendado pelo governador da diocese, especifica as condições para a construção da igreja: “(...) fez o dito Reverendo Juiz Comissário assinalar o lugar para a edificação da dita Igreja, pondo no lugar da capela-mor uma cruz, e assinalando o lugar da porta da Igreja seguindo o rumo do Sul e demarcando não só o âmbito da capela-mor, o qual tem quarenta palmos de comprimento e de largura trinta e dois palmos; e o corpo da Igreja até o arco do cruzeiro tem de comprimento oitenta e cinco palmos e de largura o corpo da mesma Igreja trinta e dois palmos...”

A escassez de recursos materiais determinou atraso na construção da Igreja, o que levou nove moradores do bairro do Mato Grosso a endereçarem nova petição à diocese, suplicando, desta vez, enquanto demorassem as obras da Igreja, fosse-lhes concedida licença “para se fazer uma ermida mais à ligeira, com a decência possível, para servir enquanto se não conclui a dita Matriz”. Assinavam esta petição: José de Sousa Siqueira, Francisco Barreto Leme, Diogo da Silva Rego, José da Silva Leme, Domingos da Costa Machado, Francisco Pereira Magalhães, Salvador de Pinho, Luís Pedroso de Almeida e Bernardo Guedes Barreto. Concedido o solicitado, por despacho do novo bispo de São Paulo, D. Frei Manuel da Ressurreição, em data de 7 de maio de 1774, um mês depois, a 3 de junho, o governador da Capitania, “solícito e prestante” (lembra Teodoro de Souza Campos Júnior) procurou concorrer para que não retardasse ainda mais a inauguração da Igreja, dirigindo-se a D^a Inácia Bueno, moradora em Araçariguama, a pedir, de empréstimo, os paramentos sacros de sua capela para serem usados na capelinha pretendida pelos campineiros: “Tendo mandado levantar uma nova povoação nas Campinas do Mato Grosso, da Vila de Jundiáí, onde já há princípios de uma nova igreja com capacidade de se celebrar o Santo Sacrifício da Missa, porém faltam os paramentos necessários para o dito ministério, e porque sei que Vmcê. tem todos os preciosos que serviram na sua Capela da Piedade, eu lhe rogo os queira emprestar por tempo de seis meses, como também o sino maior dos dois que na dita Capela existem enquanto os moradores da referida povoação procuram comprar os ditos paramentos ou enquanto Vmcê. não se resolve a vender os que agora emprestar”.

Frei D. Manuel da Ressurreição, bispo da diocese paulopolitana, consoante suas decisões anteriores, nomeou vigário interino da nova paróquia de Campinas a Frei Antônio de Pádua a quem coube celebrar

a primeira missa, a 14 de julho de 1774, data esta considerada, **oficialmente**, a da fundação de Campinas. A modesta ermida que deveria servir provisoriamente como igreja matriz foi edificada no local onde se encontra atualmente o monumento-túmulo de Carlos Gomes (Praça Antônio Pompeu). Essa capelinha era estreita e baixa e, segundo a tradição, coberta de sapé, tendo servido de sede da paróquia até o ano de 1781. Consta do já citado **Livro do Tombo** precioso documento relatando a ocorrência de julho de 1774, e que julgamos oportuno transcrever, embora seja o mais divulgado dos textos antigos relativos à fundação de Campinas:

“Sendo estes sertões trilhados por muitos tempos com a estrada das Minas de Goiás, esteve alguns anos este caminho inculto, e depois, vieram aos poucos, principalmente taubateanos, a fazer aqui suas habitações por acharem fertilíssimas as terras, e suposto viviam com muita fartura de mantimentos, contudo pereciam fortemente pela falta de sacramentos, sem os quais no decurso de trinta anos faleceram perto de quarenta pessoas; isto por nenhuma causa mais do que pela grande longitude, e distância, em que existiam os moradores de sua Freguesia de Jundiá; por cuja razão viviam tão aflitos, desconsolados, que muitas vezes sucedeu alcançarem licença para serem desobrigados em seus próprios sítios dos preceitos quaresmais, e para se sepultarem os mortos se fez um cemitério, que serviu até a ereção desta Freguesia. Para evitarem as calamidades espirituais, que padeciam, intentaram requerer freguesia à parte, e sempre tinham por termo de sua esperança a oposição de sua pobreza, até que Deus, por sua infinita misericórdia, foi servido facilitar-lhes os meios para conseguirem o grande tesouro, que hoje possuem; porque suscitou valoroso ânimo ao grande zelo de Francisco Barreto Leme, por cujo empenho e cuidado conseguiram no ano de 1772 licença do Revmo. Governador do Bispado para erigirem sua freguesia à parte, desmembrada da de Jundiá, a que eram sujeitos; e foi visitado e demarcado o lugar para nova Matriz pelo Rev^o Vigário de Jundiá em 73; e nisto ficaram até a chegada do Exmo. e Revmo. Sr. D. Frei Manuel da Ressurreição, Bispo desta Diocese, ao qual representando-lhe o estado em que jaziam, foi ele servido pela sua inata piedade com que fizessem sua capela interina, até se concluir a nova Matriz, e nomeou por pároco ao Rev^o Frei Antônio de Pádua, religioso da ordem dos menores de São Francisco, o qual celebrou a primeira missa depois de a benzer, e precedendo as mesmas cerimônias na dita capelinha aos 14 de julho do ano de 1774, achando-se neste dia o Rev^o Padre Mestre Frei Manoel de Santa Gertrudes Ailuar, Presidente atual do Mosteiro de São Bento (em Jundiá), e o Rev^o Padre Antônio do Prado e Siqueira, Vigário de Moji-Mirim, os quais ajudaram a solenizar aquele dia de tão universal contentamento, o qual todo se deve ao fundador Francisco Barreto Leme em primeiro lugar; pois ansioso não anelava outra coisa mais que aumentos de sua Matriz. Esta se acha, no presente, coberta de telhas, e espera-se que com brevidade se ponha suficiente conforme o zelo, que tiver o novo pároco, que vier, interpondo a sua diligência e o seu cuidado em pedir esmolas aos viandantes que vão para as minas de Goiás, e por todos os fiéis, que puder, e pelo mesmo povo, lembrando-se que é o seu único emprego o adorno da Igreja, sua esposa, cuja falta faz que se vejam os Templos de Deus arruinados e os ornatos e mais alfaias indig-

nos de servir com a devida decência; e, sobretudo, tenham fé em Deus, que nada lhes há de faltar. Esta freguesia principiou-se sem haver um vintém e até agora se tem gasto para cima de setecentos mil réis, e nada se deve; assim assista-nos o Divino auxílio, que por meio da diligência que há de sempre ir em aumento, principalmente ajuntando-se muita gente, o que é verossímel, acabada a Matriz”².

A primeira missa, em julho de 1774, inspirou ao poeta e jornalista campineiro Francisco Quirino dos Santos (o “Doutor Quirino”) uma de suas mais belas páginas, transcrita já em diferentes publicações.³ E como se viu do documento supra, contava o pequeno burgo com 61 fogos e 357 habitantes. Profundamente religiosos, logo se preocuparam com o estado espiritual da comunidade. A ação denodada de Barreto Leme fez com que se iniciasse a construção da igreja matriz, a qual mui vagarosamente se executava, dada a falta de recursos. Estavam os campineiros à espera de ofertas para a sua execução. Estas viriam certamente, dada a grande quantidade de tropeiros e viajantes que demandavam ou vinham das minas de Goiás. E esperavam também um pároco e fiel, a fim de levar avante o empreendimento, tão simples, mas grandioso para eles. Enorme pobreza dos campineiros, diz o documento transcrito. Nem um vintém sequer puderam dar para a matriz no início das obras; e os setecentos mil réis que foram gastos, à custa de enormes sacrifícios angariados posteriormente, puderam ser pagos relativamente em pouco tempo, sem que credor algum os pudesse aborrecer.

*

2. PRIMÓRDIOS DA VIDA CIVIL E ADMINISTRATIVA

Primeiro governador de São Paulo após a restauração da Capitania em 1765, D. Luís Antônio de Sousa Botelho e Mourão, mais conhecido pelo título de **Morgado de Mateus**, veio de Portugal com ordens e instruções para realizar uma política de

(2) Campos Júnior, T. S. — Obr. cit., p. 26.

(3) Entre as quais, **A Cidade de Campinas em 1901**, almanaque organizado por Leopoldo Amaral, p. 28. Campinas, Casa Livro Azul, 1900; e a já citada **Monografia Histórica**, p. 25.